



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Vitor Manuel Gonçalves 1

A

312/2017

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA
DE INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ PELO VALOR
GLOBAL DE 160.556,75€, AO QUAL ACRESCE O IVA À
TAXA LEGAL.**

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Júlia Gonçalves Sousa Gonçalves, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **CLECE, S.A.**, com sede na Rua Rui Teles Palhinha, n.º 8- 2 D, em Oeiras, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 513789995 com o capital social de 1.000.000,00€ representada por **BRUNO ALEXANDRE VENERA MOREIRA**, portador do cartão de cidadão número 11800619-3ZY3, emitido pela República Portuguesa e válido até 24 de julho de 2019, contribuinte número 220443289, o qual outorga na qualidade de procurador, com poderes delegados, conforme consta da procuração datada de 4 de janeiro de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Presidente de **22 de agosto de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 64, II Série de 30 de março de 2017, e número 73, II Série de 12 de abril de 2017 foi adjudicado à firma **CLECE, S.A.**, a prestação de: "**SERVIÇOS DE LIMPEZA DE INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ**" pelo valor global de 160.556,75€ (cento e sessenta mil quinhentos e cinquenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.02**;----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

2

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º 9304 e LCPA n.º 11560, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na prestação de limpeza de instalações do Município de Loulé, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: O contrato tem a duração de 15 meses e inicia-se a 1 de setembro de 2017 e termina a 30 de novembro de 2018;-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente contrato decorrem ainda para o prestador de serviços as obrigações previstas no artigo quarto da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

QUINTA: O prestador de serviço garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante;-----

SEXTA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

- Quando ocorram incumprimentos relativamente à periodicidade, horários e tarefas a executar será aplicada uma pena pecuniária de valor proporcional à falta em causa que poderá atingir os 2% do valor global do contrato.-----
- Sempre que não seja cumprido o definido na alínea c) do nº 1 do artigo 4º (equipa de trabalho incompleta) será aplicada uma pena pecuniária calculada com base no valor mensal dos locais em causa, correspondente a 50% destes, de acordo com os preços unitários apresentados pelo adjudicatário.-----
- Quando se verifique nas acções de fiscalização da execução do contrato que equipamentos e produtos de limpeza afectos à prestação de serviços não são os que constam do contrato será aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 20% do valor total mensal global a facturar.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

3

O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditado a favor da Edilidade e deduzido na fatura do mês seguinte.-----

SÉTIMA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 12 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

OITAVA: As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva;-----

O prestador de serviços apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços prestados no mês anterior, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do relatório mensal de execução de serviços;-----

O pagamento de serviços efectuados apenas será processado, após a aprovação do relatório mensal de execução de serviços, uma vez que se considera o serviço como executado, apenas, após o cumprimento desta formalidade.-----

No caso de ocorrerem intervenções pontuais nos espaços abrangidos pelo presente concurso que impeçam o prestador de serviços de desenvolver os trabalhos inerentes



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

4

à prestação de serviços este não procederá à facturação do valor correspondente a esse período.-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida;-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

- Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----
- Em caso de ocorrência de qualquer uma das situações descritas no nº 1 do artigo 11º, da parte I – clausulas gerais do caderno de encargos, de forma recorrente (consecutivamente ou interpolada) a Edilidade reserva-se no direito de proceder à rescisão imediata do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização ou custos que daí possam advir.-----

O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade.-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

No caso acima referido o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Edilidade que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo. A resolução do contrato nos termos referidos não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

[Handwritten signature]

5

[Handwritten signature]

contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das actividades exercidas no âmbito da prestação de serviços.-----

O prestador de serviços obriga-se a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à Edilidade ou a terceiros;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA TERCEIRA: A prestação de serviços terá lugar de acordo com o definido na parte II do presente caderno de encargos. A Edilidade sempre que ocorram factores imponderáveis e supervenientes, reserva-se no direito de modificar os horários, após concordância de ambas as partes;-----

DÉCIMA QUARTA: O controlo e a fiscalização dos serviços prestados são os descritos no artigo sexto da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

DÉCIMA QUINTA: O preço será atualizado após um ano de contrato, mediante pedido por escrito por parte do adjudicatário, por aplicação do índice de preços ao consumidor (taxa de variação média anual) para Portugal Continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística no ano a que a atualização diz respeito.-----

DÉCIMA SEXTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA SÉTIMA: O prestador de serviços fica obrigado a cumprir todos os requisitos da prestação de serviços constantes na parte II – cláusulas técnicas do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

DÉCIMA OITAVA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Presidente de câmara de 22 de agosto de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

O SEGUNDO OUTORGANTE,

Clece S.A.
NIPC: 513 789 995

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

[Handwritten signature: Maria Félia Gonçalves Sousa Gonçalves]